

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
santasallum.df@cbnet.com.br



“Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo sua ciência; muda sim pela sua cultura”
Betinho

Divulgação



Artesanato do Distrito Federal é destaque em exposição do Sebrae no Rio de Janeiro

Peças de 53 artesãos do DF estão na maior vitrine turística do país, o Rio de Janeiro. A mostra é a maior e mais diversificada já realizada no Centro Sebrae de Referência de Artesanato Brasileiro (CRAB). Em um prédio histórico da Praça Tiradentes, foi inaugurada ontem a exposição *Casa do Brasil Central, do Cerrado ao Pantanal*.

Participação

O evento de abertura contou com a participação de autoridades e dirigentes do Sebrae, como a diretora técnica do Distrito Federal, Rose Rainha, o superintendente no DF, Valdir Oliveira, e a diretora técnica do Sebrae Mato Grosso do Sul, Maristela de Oliveira França. O diretor técnico nacional do Sebrae, Bruno Quick, foi um dos anfitriões do evento.

Cleverland Costa



Cleverland Costa



Criatividade

“Vamos mostrar que a gente tem artesanato e de qualidade. Vamos mostrar essa arte de Brasília, que é a capital do Brasil. Temos no DNA a criatividade desde a construção”, disse Valdir Oliveira. O Sebrae DF participa da organização da mostra.

Tesouros regionais

A exposição, que vai até outubro, tem como objetivo gerar renda para os artesãos, por meio da venda de suas peças, e divulgar o artesanato, tesouros naturais e comidas típicas dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

Mercado imobiliário critica legalização do assentamento 26 de Setembro

Entidades que representam a construção civil e o mercado imobiliário no Distrito Federal reagiram à aprovação pelo Congresso de lei que permite a regularização fundiária dos assentamentos 26 de Setembro e Maranata, onde vivem cerca de 40 mil pessoas. O projeto reduz em 40% a área da Floresta Nacional de Brasília (Flona). Segundo o Sinduscon e a Ademi, é um prêmio à ocupação ilegal e um incentivo a novas invasões. Outros setores do comércio que precisam de alvará para funcionamento também estão fazendo barulho por avaliarem que a fiscalização do GDF dá tratamento diferenciado. E que muitas atividades estão sendo empurradas também para a clandestinidade.

Falta de terrenos

Representantes do setor criticam a política de gestão da Terracap que, segundo eles, não oferece terrenos para a iniciativa privada realizar empreendimentos legalizados para as camadas de baixa renda, enquanto as invasões avançam. Empresários, arquitetos e urbanistas apontam que esse caminho de ocupação está errado. É preciso planejar as áreas para moradia, já garantindo, desde o início, a infraestrutura básica. E não deixar ocupar de forma desornada para depois legalizar.

Jovens empreendedores do DF no Startup Summit de 2022

Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem do Distrito Federal participaram do Startup Summit de 2022, em Florianópolis, e puderam aprender sobre o ecossistema das startups, por meio de painéis ministrados por nomes relevantes do mercado econômico brasileiro. O evento reuniu mais de cinco mil pessoas presencialmente e cerca de 25 mil de forma remota. “Foi uma imersão muito intensa, onde conseguimos entender ainda mais sobre estratégias, oportunidades, produtividade e cultura de mercado”, comentou o presidente da CDL-DF Jovem, Hugo Leite.



HUMANIDADE / Hoje, no Dia Nacional dos Direitos Humanos, o **Correio** traz relatos da rotina de pessoas em situação de vulnerabilidade social que buscam acesso à alimentação, bem-estar e saúde

As vítimas das violações

» PEDRO MARRA

Há seis meses que Jean Rodrigo Feitosa, 46 anos, mora em um barraco de madeira com lona na frente do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Taguatinga Norte. Quando tenta receber os Benefícios Eventuais do Governo do Distrito Federal (GDF), não consegue. Ele vai aos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), mas sai de mãos vazias. “Creio que a restrição deve ser por causa do meu passado de 19 anos de cadeia (por tráfico de drogas e roubo), onde passei a ler muito e aprendi que a gente tem direito também”, emociona-se. Ele começou a fazer “bico” como lavador de carros em Taguatinga Norte e tenta obter o Auxílio Aluguel (de até R\$ 600).

Jean faz parte de uma triste estatística que configura o DF como a segunda unidade federativa com mais denúncias de violações dos direitos humanos no país. São 122 por 100 mil habitantes na capital da República, atrás apenas do Rio de Janeiro, que tem 156. Os dados são do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), de 1º de janeiro a 30 de junho deste ano.

Hoje, no Dia Nacional dos Direitos Humanos, criado em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves — assassinada com um tiro de espingarda em 1983 por lutar pelos trabalhadores do campo — o **Correio** mostra a realidade de quem busca o básico para sobreviver e não consegue acesso à alimentação, saúde e bem-estar, especificados na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A catadora Ruth Laranjeira da Silva conseguiu os benefícios depois de mais de um ano de tentativas

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), Lúcia Lopes afirma que a desigualdade social no DF gera consequências. “O contexto da pandemia piorou a crise estrutural do capital, que levou ao aumento do desemprego, a redução da participação na renda geral da sociedade, e isso vai repercutir em fome, em situações precárias de vida”, analisa a doutora em política social.

Carências básicas

Divulgado em junho, o estudo da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan) — atual Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (Ipe-df) — mostra que 2,9 mil pessoas vivem em situação de rua no DF

Há quem consiga auxílios do CadÚnico, mas depois de muito tempo. É o caso da catadora de materiais recicláveis Ruth Laranjeira da Silva, 29, que somente na última quarta-feira garantiu os programas sociais do governo federal no Cras da Estrutural, pendentes desde maio de 2021. Moradora do bairro, ela andou 5km a pé até a unidade junto do marido Marcos Vinicius dos Santos, 33, e dos filhos Ágata Lorrane, 3, e Vinicius da Silva, de oito meses.

Na avaliação de Thiago Sorrentino, professor de Direito do Estado no Ibmecc, a capital federal possui uma situação atípica por faltar atendimento de carências básicas como saúde, e focar a atenção dos melhores serviços de segurança no Plano Piloto do que em outras

áreas, como o Entorno do DF “Em relação a outras áreas do Distrito Federal, oferece condições um pouco melhores à população pobre, ainda aquém do nível civilizatório mínimo”, afirma.

A Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) informa que os 29 Cras (duas unidades inauguradas e uma reaberta) realizaram 328,6 mil atendimentos às famílias do DF no primeiro semestre deste ano. “Quanto à demanda espontânea, é importante destacar que a pasta faz gestão dos atendimentos de fato realizados e não dos não realizados”, fecha a nota. No ano passado, foram feitos 510,5 mil atendimentos.

Colaborou Ana Isabel Mansur

Órgãos responsáveis

Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CDPDDH)

Telefone Fixo: 2244-1286/ 1288

E-mails: cdpddh@gmail.com / cdpddh@sejus.df.gov.br

Endereço: SAAN, Quadra 01, lote C, 3º andar
Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às

13h e das 14h às 17h
Disque 100: serviço disseminação de informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos

Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF

E-mail: denuncias@oabdf.com

Secretaria-geral das Comissões (SGC)

E-mail: sgc2@oabdf.com

O que é o Cadastro Único?

O Cadastro Único (CadÚnico) é coordenado nacionalmente pelo Ministério da Cidadania e no Distrito Federal, pela Sedes. O cadastro é obrigatoriamente utilizado para seleção de diversos outros programas, projetos, serviços e benefícios sociais, tais como: Programa Auxílio Brasil, DF Social, Tarifa

Social de Energia Elétrica; Tarifa Social de Água; Carteira do Idoso; Isenção de taxas para concursos públicos; Telefone Social, aposentadoria para segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, entre outros.

Quem tem direito?

O CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por

pessoa (renda per capita) de até meio salário mínimo (R\$ 606) ou renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3,6 mil).